



TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICA: Reflexões sobre os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na RMBH

**TERRITORIO, IDENTIDAD Y POLÍTICA: Reflexiones sobre los
Lugares de Urbanidad Metropolitana en el contexto de la
planificación urbana en la Región Metropolitana de Belo
Horizonte**

*María Florencia Sosa, Mestranda NPGAU-UFMG,
arq.florenciasosa@gmail.com*

RESUMO

Nos últimos anos começa a ser questionada a hegemonia do modelo de planejamento positivista tecnocrático, o que se traduz no desenvolvimento de experiências de planejamento abertas, mais participativas e transdisciplinares. Este trabalho tem o objetivo de discutir a importância e urgência de fomentar a formação de uma identidade metropolitana como elemento chave para uma estrutura de governança mais cooperativa sobre um território metropolitano que é entendido aqui como uma construção social mais do que uma escala institucional. Na primeira parte se discutem os conceitos que permeiam este trabalho: território (e escalas), identidade (e cidadania) e política (como práxis), logo se explica como hipóteses de trabalho que a construção social de uma “identidade de projeto” metropolitana pode ser gerada a partir do fortalecimento de identidades locais que se interconectam em rede, e finalmente apresenta-se o programa de política pública urbana “Lugares de Urbanidade Metropolitana – LUMEs” como caso que pode contribuir na formação e reforço de tal identidade ao promover uma dimensão política e simbólica na (re) configuração de uma identidade metropolitana para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em conclusão, o artigo revisa a utilidade de atribuir de uma identidade social própria às regiões metropolitanas através do planejamento, com a expectativa de que um senso de pertença e de confiança resulte numa gestão mais democrática e dê maior legitimidade à institucionalização da escala metropolitana.

Palavras Chave: identidade metropolitana, planejamento metropolitano, cidadania, governança metropolitana.

RESUMEN

En los últimos años ha comenzado a ser cuestionada la hegemonía del modelo de planificación positivista-tecnocrático, lo que se traduce en un cambio de paradigma orientado al desarrollo de experiencias de planificación abiertas, más participativas y transdisciplinares. Este trabajo tiene como objetivo discutir la importancia y la urgencia de incentivar la formación de una identidad metropolitana como elemento llave en una estructura de gobernanza más cooperativa sobre un territorio metropolitano entendido aquí como una construcción social más que una escala institucional. En la primera parte se discuten los conceptos que sustentan este trabajo: territorio (y escalas), identidad (y ciudadanía) y política (como praxis); luego se explica, como hipótesis de trabajo, que la construcción social de una “identidad de proyecto” metropolitana puede ser generada a través del fortalecimiento de identidades locales que se interconectan en red; y, finalmente, se presenta el programa de política urbana “Lugares de Urbanidad Metropolitana – LUMEs” como caso que puede contribuir en la formación y refuerzo de tal identidad al promover una dimensión política y simbólica en la (re) configuración de una identidad metropolitana para la Región Metropolitana de Belo Horizonte. En conclusión, el artículo revisa la utilidad de atribuir con una identidad social propia a las regiones metropolitanas a través de la planificación, con la expectativa de que el sentido de pertenencia y de confianza resulte en una gestión más democrática y de mayor legitimidad a la institucionalización de la escala metropolitana.

Palabras Clave: identidad metropolitana, planificación metropolitana, gobernanza metropolitana.

INTRODUÇÃO

Atualmente a metropolização é o modelo de ocupação territorial do desenvolvimento urbano predominante, e ante o incremento da sua importância demográfica e econômica, concentra os efeitos da crise que vivemos. Crise que, como explica Ana Fani Alessandri Carlos, é um termo genérico imanente ao desenvolvimento do capitalismo e que revela as dificuldades de realização do processo de acumulação. No entanto, esta crise não pode ser assim reduzida a uma crise econômica, uma vez que o capitalismo não é um mero fenômeno econômico, sendo antes um fenômeno social (CARLOS, 2014). Por isso, temos a crise urbana constituindo-se como uma das expressões mais relevantes desta crise social. Dentre outros aspectos, é imprescindível, portanto, conseguir uma resposta adequada às questões de governança e gestão na escala metropolitana, espaço no qual não apenas são garantidos benefícios aos interesses capitalistas, mas também se estabelecem e regulam os conflitos sociais.

A população, não mais um conjunto de habitantes, nem tampouco de produtores-consumidores, coloca-se como uma sociedade que traz seus poderes, línguas e crenças. O território se converte numa rede de relações; os recursos já não são “naturais”, mas “produzidos”. Por toda parte há atores, estratégias e dominação (BRUNET, 1980 apud RAFFESTIN, 2011, p.5, tradução nossa).

É neste contexto que se introduz o termo governança, entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos, incluindo entre os atores representações dos agentes estatais (DALLABRIDA, 2005), e o termo planejamento como um dos instrumentos para o exercício de uma “boa governança”.

Quando nas nossas sociedades se fala de “planejamento”, na verdade se refere a uma certa capacidade dada a atores, interesses e instituições, de se relacionar num processo político e social (FRIEDMANN, 1991). Nas metrópoles, por questões políticas administrativas ao não serem unidades políticas reconhecidas, tal relação torna-se ainda mais complexa.

A autonomia municipal e a divisão de competências e responsabilidades entre os diversos organismos são alguns dos fatores que dificultam a possibilidade de “um mesmo planejamento”, capaz de aproximar escala local (municipal) e escala metropolitana, ou seja, de conseguir uma cooperação interescalar. Embora tenha o município a responsabilidade do ordenamento e desenvolvimento urbano, na prática, esta competência precisa dispor de meios econômicos, administrativos e técnicos. Eis então um grande problema consequência das grandes disparidades intrametropolitanas que caracterizam o território brasileiro: a ausência de tais capacidades por parte de muitos municípios, que têm seus interesses urbanos mal representados (LEFÈVRE, 2005) tanto no âmbito da governabilidade metropolitana, como no da gestão territorial.

Na análise do Projeto de Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole, Moura (2015) afirma que o projeto considerava a dimensão “regional-urbana”, entendida como aquela afeta ao exercício das funções públicas de interesse comum (FPIC). No entanto, conceitual como pragmaticamente, a dinâmica urbano-regional não se esgota aí, mas contempla um conjunto de relações que se estendem sobre um espaço que transcende os limites da porção mais adensada da aglomeração, o que exige articulação com outros planos, políticas ou programas de alcance regional.

Entender para quem se governa nas regiões metropolitanas, se para uma cidadania local ou metropolitana é uma das perguntas que guiam este trabalho. Entendendo que a escala local e a

metropolitana não sejam leituras antagônicas, mas dialéticas, que colocam em tensão a cena urbana. A cidade não pode ser substituída pela metrópole, ao menos a partir do ponto de vista político-administrativo. A questão será, então, assegurar a representação dos interesses daqueles com menos vantagens no seu posicionamento na região metropolitana, ao mesmo tempo em que se oferece oportunidade de participação genuína nas políticas metropolitanas.

O objetivo principal é mostrar que, mesmo adotando-se uma abordagem integral, multidimensional e de múltipla escala, a questão metropolitana continua a ser complexa e que as regiões metropolitanas, além de ser o espaço adequado para a competitividade econômica, também podem ser concebidas como espaços de mobilização social e política (TOMÁS, 2015) através de uma abordagem do planejamento focado na construção de uma identidade metropolitana.

Neste contexto, os três conceitos que sustentam este trabalho - território (e escalas), identidade (e cidadania) e política (como práxis) - serão explicados, buscando-se expor suas interrelações no planejamento urbano-metropolitano, no qual estão permeados pela noção de poder, sendo exemplificado com um programa de política urbana que é atravessado por estas concepções: os Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs). Este marco, em certo momento, acabará por apontar questionamentos e possíveis cenários a serem aprofundados.

O TERRITÓRIO METROPOLITANO E O PLANEJAMENTO

Os territórios têm ficado à mercê do acionamento dos mecanismos de mercado, que foi traduzido como segregação socioterritorial (marcada pela informalidade e ilegalidade), aprofundamento das desigualdades sociais, fragmentação do tecido social e exacerbação da violência.

Para Fainstein (2013), a justiça (social e urbana), definida pela democracia, a diversidade e a equidade, deveria ser o critério de avaliação para o planejamento e políticas urbanas. Dentro desse cenário de iniquidade intrametropolitana, se produz uma tentativa de mudança nos processos de planejamento com uma visão de cidade justa.

A evolução a partir de um planejamento positivista tecnocrático, cartesiano e bidimensional, no qual se priorizavam alguns aspectos (econômicos acima de tudo), para um multidimensional e de múltipla escala, no qual se incluem novos enfoques como o ambiental, ou aspectos sociais e culturais e as estruturas políticas e institucionais continua a ser um tema complexo de se resolver.

Ainda que os planos urbanos se constituam como um instrumento que pode prever e projetar a transformação desejada para o território, em prol de uma cidade que prime pela inclusão social e econômica e a justiça social e ambiental (PDDI, 2012), os planos também delimitam o território, o que pode implicar uma visão fragmentada (qual relação fica fora do plano, neste contexto de rede/região?), e propõe uma distribuição formal das competências para exercer e administrar o poder sobre o mesmo.

Não se pode entender a questão do território sem mencionar a questão do poder. O espaço é uma disputa permanente, que quando tem algum tipo de valor, apresenta conflito. De certa forma, um plano estabelece esse valor. Por exemplo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) faz uma leitura de “dinâmica imobiliária metropolitana”, no qual se demarcam as áreas de maior valorização e de média valorização, que se sobrepõem às áreas tradicionalmente caracterizadas pelo mercado informal e de

autoconstrução. Essa realidade, no entanto, esconde uma relação de poder entre os municípios que contêm essas áreas.

Território e escalas, identidade e cidadania, práxis política, região metropolitana, governança metropolitana e disparidades intrametropolitanas, são todos conceitos que, segundo nosso entender, podem nos aproximar ao entendimento de uma nova forma de desenvolver o território, diferente ao que propõe o modelo capitalista. Em este “novo modelo”, ainda em gestação, prevalecem novas formas de interação social e, em consequência, de produção do espaço.

El actor principal de la economía, el hombre económico, no encuentra respuestas factibles para lidiar con la 'crisis' del desarrollo, y frecuentemente reacciona con desolación, agotamiento, incluso desesperación. Constantemente cae en el juego político de demandas y promesas, o en el juego económico de intercambiar el presente por el futuro, las esperanzas por expectativas. En contraste, el actor principal de los nuevos ámbitos de comunidad, el hombre común o comunitario, disuelve o previene la escasez, en sus esfuerzos imaginativos para lidiar con sus predicamentos. Sólo necesita libertad en sus espacios y limitado apoyo a sus iniciativas. Puede mezclarlas y combinarlas en coaliciones políticas, cada vez más capaces de reorientar las políticas y cambiar los estilos políticos. Apoyada en recientes experiencias, la nueva conciencia que surge de los márgenes puede despertar a otros, ampliando esas coaliciones hasta el punto crítico en que comienza a ser factible una inversión del dominio económico. (ESTEVA, 1996, p.73)

DIALÉTICA LOCAL/METROPOLITANA

Conquanto o ideário seja de “34 municípios e uma realidade¹”, a estrutura socioeconômica da RMBH é muito desigual. Estamos diante de uma realidade policotômica conflitiva. Uma abordagem dialética pode nos permitir compreender a realidade urbana que, como sabemos, é contraditória e em permanente transformação.

Tais questões, assim como outras de dimensão político-administrativas, parecem colocar em oposição o par municipal / metropolitano. Através do estudo das novas relações entre estas duas entidades, numa leitura que articule o lugar e a identidade, que permita entender a cidade (local) como uma parte da região metropolitana e não mais como uma peça, isto é, que a RM funcione como estrutura única.

Ou seja, pretende-se discutir os aspectos institucionais em relação a uma compreensão das interrelações, das multiplicidades que estão em jogo nas diferentes dimensões territoriais, no intuito de resgatar os aspectos que possam se constituir em identitários² que levem a uma superação deste dualismo.

Devido à Constituição Federal de 1988, podemos dizer que foi concedido ao município “o poder local”, que faz até hoje, com que seja possível que prevaleça o interesse municipal sobre o metropolitano.

¹ Esse titular encabeça uma seção no site de RMBH. Acessado em 25/11/16. <http://www.rmbh.org.br/pt-br/content/34-munic%C3%ADpios-e-uma-realidade>.

² Uma boa análise de discussão dos aspectos institucionais à cooperação com foco nas relações fiscais na federação brasileira é dada no livro Regiões Metropolitanas: por que não cooperam? de Sol Garson (2009).

O estudo de caso deste trabalho, o programa LUMEs, é uma política urbana que permite fazer uma leitura (dialética) das escalas: como projeto de impacto metropolitano assentado na escala local e como projeto de impacto local assentado na escala metropolitana.

DISPARIDADES INTRA-METROPOLITANAS

As disparidades intra-metropolitanas (assim como as inter-metropolitanas ou inter-regionais) são uma das características das regiões metropolitanas do Brasil.

Para evitar a centralização do poder, as unidades constituintes de um sistema federal devem se aproximar razoavelmente em população e riqueza ou, ao menos ser equilibradas geograficamente ou numericamente quanto às suas desigualdades. A existência de uma grande unidade dominando pequenos estados com os quais ela é nominalmente federada em iguais condições tem sido uma das principais razões para o fracasso do federalismo. (ELAZAR, apud GARSON, 2009, p.29).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) possui uma composição de municípios muito heterogênea em termos econômicos e demográficos. Além do domínio de Belo Horizonte, a cidade núcleo, temos desigualdades em população, sendo que, segundo o Censo 2010, a segunda cidade mais populosa depois de Belo Horizonte (com 2.502.557) é Contagem, com 648.766 habitantes e a menos populosa é Taquaraçu de Minas com 4.030. Ou temos o extenso município de Jaboticatubas, com uma superfície de 1.115,0 km², abarcando o 12,14% do total da superfície metropolitana (9.471,7 km²) mas com o PIB muito baixo: R\$ 158,8 milhões, o que representa menos do 0,1% do total (R\$ 165,7 bilhões). Em termos econômicos, apenas três municípios – Belo Horizonte, Betim e Contagem – somam cerca de 77% do PIB.

Por sua vez, cidades como Ribeirão das Neves são cidades-dormitório caracterizadas pela precariedade, enquanto Nova Lima concentra os investimentos imobiliários de luxo, tendo assim os territórios que compõem a RMBH grandes diferenças quanto às suas qualidades urbanas e, conseqüentemente, quanto à qualidade de vida de seus habitantes. Em suma, a RMBH é assimétrica tanto em capacidade institucional quanto em recursos econômicos e políticos dentre os municípios que a constituem.

Os governos locais mais pobres têm uma debilidade institucional, que faz com que tenham menor representatividade nos conselhos que definem as políticas públicas ou, ao contrário, os ricos detenham mais poder, ou ainda a faculdade de abandoná-los. Parte-se do pressuposto de que a conformação da RMBH é muito assimétrica, seja em recursos ou em capacidades institucionais.

TERRITÓRIO METROPOLITANO, PODER E IDENTIDADE

Saquet (2013) afirma que, junto às redes e a identidade, o poder é um dos componentes indispensáveis do território: as relações de poder são um componente fundamental na efetivação de um território e, mais ainda, “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993).

As comunidades políticas possuem quatro características que definem sua essência: seu poder se estende sobre uma base territorial determinada; desfrutam de continuidade histórica; estão compostas de cidadãos-membros; e são parte de um conjunto de comunidades entre as quais se

compartilha a cidadania (FRIEDMANN, 2001). Mas se a Região Metropolitana (RM) se constitui como uma unidade de território, pode corresponder a ela uma unidade de poder?

Os planos regionais pretendem distribuir ou compartilhar competências entre as estruturas político-administrativas preexistentes, e um governo metropolitano não representa uma opção geralmente de interesse político nem contém uma identidade cidadã para compensá-lo. (ORELLANA, 2003,). Ou seja, há mais uma preocupação por questões políticas e econômicas, negligenciando as questões de democracia e legitimidade das RMs.

A governança das regiões metropolitanas brasileiras continua marcada por estruturas institucionais fragmentadas e pela falta de coordenação entre agentes, gerando uma trajetória dos territórios metropolitanos que combina dinamismo econômico com profundas contradições socioespaciais e ambientais (MARICATO, 2011).

As grandes metrópoles do Brasil, dentre elas a RMBH, viram-se envolvidas no processo de globalização, processo este que:

é objeto de leituras radicalmente contrastadas: desde uma forma de ocultação e de homogeneização das diferenças, das descontinuidades e das divisões do caráter econômico, cultural ou político, deixando pouco ou nenhum espaço para o desenvolvimento e a preservação da identidade local e chegando, inclusive, a regular a vida cotidiana dos indivíduos, até uma força que incrementa, por reação, a diferenciação entre os lugares. (NOGUÉ, 2001, p.14, tradução nossa).

Se por um lado temos a problemática “das escalas”, por outro temos a problemática da “cidadania”, o que demanda uma mudança no paradigma do planejamento, que não pode mais manter os procedimentos correntes³.

Giussepe Cocco (2007) expõe que, além de efeitos espaciais, as transformações contemporâneas do capitalismo envolvem a redução das funções e intervenções reguladoras do Estado e o enfraquecimento ou a desconstrução de articulações virtuosas entre o mercado, a democracia e a cidadania social que marcaram a sociedade salarial e o fordismo. Tais transformações têm levado a uma desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, com a descoletivização, reindividualização e precarização dos contratos, dentre outras mudanças que tem enfraquecido identidades e solidariedades tradicionais e homogêneas de classe (COCCO, 2007).

Agora as formas de participação não são mais em instâncias tradicionais como os partidos ou grêmios. A sociedade política passa a fazer necessária a construção de novos espaços que fortaleçam os movimentos sociais e a formulação de projetos alternativos como reação da cidadania ao embate do capitalismo, ou tal como expõe Ciccolella (2008), o empoderamento da sociedade civil e o surgimento de novas organizações sociais e formas inovadoras de acionar como outra característica desta etapa do capitalismo global.

Diante isto, o Estado muda seu discurso, apresentando novas formas do planejamento de caráter mais democrático, que fomentem mecanismos de participação cidadã, apontando para políticas

³ Para o caso específico da RMBH, sugere-se a leitura da Dissertação de Mestrado de João Bosco Moura Tonucci Filho: Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH, no qual o autor desenvolve uma análise contextualizada da abordagem integrada e tecnocrática do PDIES e do enfoque participativo e transdisciplinar do PDDI. Ver Tonucci Filho (2012).

públicas urbanas e sociais mais inclusivas, levando, num esforço, o discurso para o Planejamento Urbano. O interesse, antes focado na competitividade e rentabilidade como hegemonia ideológica neoliberal, agora aponta para noções de justiça social e equidade. Estas “novas ideias”, a de igualdade, democracia, participação, são hoje mais aparentes do que reais.

Mas, afinal, de que cidadania estamos a falar? A multiterritorialidade, que tem presença nas regiões metropolitanas, dificulta a formação de uma cidadania que se identifique com essa escala e que, conseqüentemente, participe dos mecanismos de governança metropolitana.

Segundo Nogué (2011), ao analisar o processo de formação das identidades territoriais contemporâneas, tem-se um processo mais coletivo que individual, entendendo que a identidade não está apenas associada a características tais como o sexo e a origem étnica, mas também ao espaço geográfico e cultural.

De acordo com Haesbaert (2007), aliar a construção “sistêmico-classificatória” das desigualdades, principalmente aquela promovida pela (des) ordem econômica, com a produção diferenciadora das singularidades, da vivência do espaço e da nossa identificação territorial (ainda que com um território cada vez mais “híbrido”), torna-se ao mesmo tempo um desafio e uma necessidade. Neste período, tal como dito, estando imersa na globalização, a região ficou exposta ao processo simultâneo de perda da especificidade local e de suplantação desta por fatos que são locais apenas em parte, visto que dependem por completo de escalas superiores (NOGUÉ, 2011).

Por sua vez, Castells (2000) propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. [...]
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. [...]
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. [...]

Uma das questões a serem exploradas e talvez respondidas seja se a (re) identificação da RMBH, poderia se dar através da construção social de uma identidade metropolitana e do senso de pertencimento a ela para se apresentar, nos termos de Castells, como uma identidade de projeto.

Sobre a identidade regional, esta se constitui como uma dificuldade na RMBH, pois não é arraigada. Segundo Machado⁴ (2010. p.236), "a origem comum histórica - territorial da RMBH foi virtualmente apagada pelo tempo".

A região onde fica o município de Belo Horizonte era conhecida, no passado, como Curral del Rey e surgiu [...] como para viajantes que realizavam trocas entre as minas de ouro e o nordeste do Brasil. [...] a povoação do Curral del

⁴ Machado analisa as escolhas institucionais para a constituição de arranjos de cooperação e coordenação regionais, comparando a RMBH com o Consórcio do Grande ABC.

Rey, em seu apogeu, representava em termos territoriais a maior parte da atual RMBH, pois englobava as regiões de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (atual Esmeraldas), Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopebas, Brumado Itatiaçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso.

[...] as diversas regiões pertencentes a Curral del Rey foram se tornando autônomas do arraial ainda no século XIX. Nos dias de hoje, essa origem histórica comum dos municípios da RMBH foi virtualmente apagada pelo tempo (MACHADO, 2010, p.235-236).

Muito tempo depois, no ano 1973, é criada através de uma Lei Complementar Federal a RMBH, ou seja, que “surgiu de uma decisão técnica e política” (MACHADO, 2010). A trajetória de mais de 40 anos desta “entidade”, ainda pode considerar-se como um fenômeno que não deu espaço à formação de sua identidade.

O PDDI-RMBH observa e diagnostica frágeis identidades locais e propõe uma “integração e identidade metropolitana visando construir emancipação social”. Acredita-se que formar uma “consciência metropolitana” favorecerá a estabelecer uma governança mais cooperativa.

No caso específico para a RMBH, o programa LUMEs, pretende a construção de uma identidade regional como recurso social, para potencializar a sociedade civil como ator urbano na escala metropolitana. Ou seja, o lugar aparece como centro das construções sociais.

IDENTIDADE CIDADÃ

Ainda que a identidade cidadã se pretenda como resultado de uma emancipação social, se acredita que tal formação pode ser mediada pela ação estatal⁵.

[...] do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande parte os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como o seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder [...] (CASTELLS, 1992, p. 23-24, grifo meu).

Assim, uma das hipóteses que permeiam este trabalho é que a construção social de uma “identidade de projeto” metropolitana pode ser gerada a partir do fortalecimento de identidades locais que se interconectam em rede e que um programa de política pública como o LUMEs pode contribuir na formação e reforço de tal identidade.

⁵ Souza (2010) define que as “práticas sociais densas de espacialidade”, ou apenas práticas espaciais, podem servir tanto à dominação quanto à emancipação. Ainda que o LUMEs tenha a perspectiva de transformação emancipatória da prática sócio-espacial, sugere-se que seja “com o Estado”, visto que este representa uma instância de poder (e de recursos) necessária nestas etapas iniciais.

GOVERNANÇA METROPOLITANA E OS LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA

O caso da governança metropolitana na região em estudo apresenta grandes potencialidades, tendo em vista o Novo Arranjo Institucional para a RMBH, em vigor desde 2004: Uma Assembleia Metropolitana, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano (e seu Fundo de Desenvolvimento), arranjos institucionais formalizados, um plano de desenvolvimento elaborado num processo participativo, etc.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI, 2012) foi elaborado entre os anos 2009 e 2010 por uma equipe transdisciplinar na qual participaram a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e representantes da sociedade civil e das gestões públicas municipais e estadual. Trata-se de um plano pioneiro que busca promover a articulação dos vários interesses manifestos em prol do bem comum (MONTE MOR, 2009).

O PDDI-RMBH foi desenvolvido para ser uma referência de planejamento para os 34 municípios⁶ da RMBH nas próximas décadas (PDDI, 2012) pois, a partir do Estatuto das Metrôpoles passa a ser obrigatória a aproximação dos planos municipais das propostas contidas no Macrozoneamento, elaborado após e como um desdobramento do PDDI-RMBH⁷.

A combinação deste instrumento com o Estatuto da Metrópole apresentaria a definição das atribuições dos municípios quanto aos critérios legais e constitucionais de transferência das receitas.

É no documento do Macrozoneamento que se conceituam os Lugares de Urbanidade Metropolitana- LUMEs, que são locais cuja gestão deve ser feita de forma compartilhada por agentes políticos, universidades, técnicos, sociedade civil, empresários e trabalhadores, associações comunitárias e de classes, conselhos e demais grupos sociais, com o objetivo de fortalecer e ampliar a rede estabelecida durante as discussões do Macrozoneamento (PLANO METROPOLITANO MACROZONEAMENTO RMBH, 2015).

Os LUMEs se inscrevem como um programa específico dentro do PDDI-RMBH que deverão cumprir a função de integrar o conhecimento em suas várias escalas e inúmeros atores e sujeitos (PDDI, 2012), e acredita-se na contribuição desse instrumento para a construção de uma identidade social metropolitana, um senso de pertencimento e de confiança. Por sua vez, no marco desta pesquisa, os LUMEs são tomados como articulação entre as reflexões críticas do planejamento e as práticas transformadoras da práxis.

Como outra categoria espacial, se estabelecem os Lugares Metropolitanos, que conferem um sentido menos funcionalista à proposta de criação de novas centralidades, além de intervir também na construção e reconhecimento da identidade metropolitana. Definiu-se Lugar

⁶ Atualmente ela é formada pelos municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Nova União, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

⁷ Atualmente O PDDI-RMBH e o Macrozoneamento Metropolitano ainda não foram instituídos, sendo que há uma proposta de projeto de lei, que deverá ser aprovado até janeiro de 2018 para o cumprimento do inciso II do artigo 12 da Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole.

Metropolitano como um espaço dotado de significativo valor simbólico, cultural, histórico e conformador de identidade(s) para a coletividade metropolitana em suas diferentes escalas (TONUCCI FILHO, 2012).

É de se supor que o planejamento local (ou os Planos de Desenvolvimento Urbano) constitui o nível de planificação mais próximo do cidadão, pois é na escala local que alguns problemas da vida diária podem ser regulados [...], logo a solidariedade e a sociabilidade se apoiam na vizinhança. (BOURDIM, 2001). Mas, então, como lidam os municípios menos favorecidos que têm dificuldades de empreender políticas de impacto metropolitano de interesse de sua população, seja por falta de recursos, de equipes técnicas ou restrições legislativas?

Em 1988, com a Constituição Federal, os municípios passaram a serem considerados entes federativos com autonomia, dando-lhes competências privativas ou em colaboração com o Estado e a União (MAGALHÃES, 2007).

A mesma Constituição, a sua vez, proclama, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Art. 204), dando assim início a um processo de implementação da gestão descentralizada e participativa, ou tal como Rocha (2009) explica, a participação social passa a ser considerada um eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo. Passa-se a se defender a democratização e a participação na implementação das políticas públicas nas diversas áreas, e é a partir destas mudanças que começam a aparecer no Brasil experiências de gestão participativa “com a participação da sociedade como uma dimensão vital no processo de construção da cidadania” (ROCHA, 2009, p.8).

Assim como Garson (2009, p.66) reconhece, existe uma teoria da Nova Economia Institucional que contribui, através da teoria do federalismo fiscal para o entendimento dos obstáculos identificados, mas também existe outra teoria, a da ação coletiva, que “explica os resultados esperados da ação coletiva em função das motivações de grupos com interesses diversos”.

Segundo esta autora,

Uma região metropolitana é formada por municípios que têm diferentes portes e podem ser diferentemente afetados por um mesmo problema. Por isso, eles atribuem importância diferenciada à sua resolução, ponderando o ônus que preveem arcar pela ação cooperada vis-à-vis sua situação fiscal. O caminho para a cooperação passa a depender de instituições que ofereçam os incentivos seletivos – positivos ou negativos- que estimulem a ação coordenada. A construção destas instituições, por sua vez, é afetada pelas próprias regras que restringem as relações intergovernamentais.

A solução dos problemas metropolitanos, no entanto, não se restringe à ação do governo. É necessária a participação da sociedade e do setor privado. Para Jouve e Lefèvre, o monopólio dos atores públicos na condução das políticas foi posto em questão: o acento passou a recair sobre as noções de parceria, de negociação e de mobilização dos atores locais – passa-se da era dos governos à da governança. (JOUVE; LEFÈVRE, 1999, p.20). (GARSON, 2009, p.67)

Como declarou recentemente a diretora geral da Agência RMBH, Flávia Mourão, ao portal O Tempo: ⁸“Alguns prefeitos não gostam muito disso”, se referindo ao macrozoneamento

⁸ <http://www.otempo.com.br/cidades/meta-%C3%A9-descentralizar-servi%C3%A7os-1.1359963> Acessado em 20/10/2016.

metropolitano. Ou seja, tem quem ainda acredite que é possível o desenvolvimento apenas na escala local, sem participar das políticas de cooperação como parte constituinte de uma região metropolitana.

Como o objetivo geral do programa LUMEs é “contribuir para o incremento do sistema de planejamento metropolitano na RMBH, através de ações de democratização da informação, de fortalecimento institucional, de ampliação da participação cidadã na gestão do território e de consolidação das ações de pesquisa dentro da UFMG”, e um de seus objetivos específicos é “avançar rumo a um maior diálogo nos territórios, junto às entidades da sociedade civil e poderes públicos”, acredita-se que atores cidadãos metropolitanos, construindo uma verdadeira identidade metropolitana podem exercer certa pressão social, que pode levar a uma mudança da cultura de “não cooperar” dos administradores dos municípios para outra que apresente uma maior abertura a novos arranjos de cooperação com estruturas de governanças menos fragilizadas.

A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH) é que promove as Conferências Metropolitanas da RMBH, onde se elegem os representantes de municípios e da sociedade civil organizada para o mandato de dois anos (até a próxima Conferência) como membros do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitana da RMBH. Nestas Conferências, ademais, se discutem as questões que envolvem problemas do cotidiano nas cidades que constituem a RMBH, incluindo também as funções públicas de interesse comum (FPIC). Segundo o documento “Devolutivas”, disponibilizado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (2016), na V Conferência Metropolitanas da RMBH foi demandado o aumento de vagas da sociedade civil no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH de forma a garantir a paridade entre poder público (executivo e legislativo) e sociedade civil.

Nesta Conferência já foi manifestado o interesse por parte da sociedade civil na formação da cidadania metropolitana, pedindo para isso a edição de materiais didático-pedagógicos e estímulo à participação popular e ao controle social (ARMBH, 2016).

O QUE SÃO OS LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA?

Os LUMEs foram idealizados a partir de uma primeira proposta contida no PDDI-RMBH, como parte da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos e que depois foi levada ao Plano Metropolitano de Macrozoneamento.

O principal objetivo deste programa é construir um processo de colaboração e integração de conhecimentos entre os diversos atores metropolitanos que permita um constante exercício de crítica, análise e monitoramento do território e espaço da RMBH e, dentre os seus objetivos específicos, destaca-se que é o único programa que se propõe fomentar a formação da cidadania metropolitana (motivo fundamental de ser escolhido como estudo de caso para este artigo). Também são objetivos dos LUMEs contribuir para o crescimento do planejamento metropolitano, promover e qualificar cidadãos na gestão territorial, democratizar a informação, consolidar o senso de solidariedade, fortificar a governança urbana, expandir a pesquisa universitária e as atividades de extensão ao território (LIBÂNIO, 2016).

O Programa dos LUMEs se consubstancia em três projetos:

- Projeto de Comunicação Social - realizar a difusão de informações numa linguagem acessível ao grande público, especialmente os setores populares e não especializados;
- Projeto de Capacitação Técnica e Comunitária – apoiar a formação da cidadania metropolitana através de cursos, seminários, e oficinas dirigidos às demandas locais e comunitárias. Tal capacitação deve permitir que a obtenção de dados locais para retroalimentação do planejamento integrado e participativo seja procedimento contínuo e sustentado;
- Projeto de Acompanhamento e Controle Social - facilitação para que atores metropolitanos, especialmente a sociedade organizada, monitore a implementação do plano através de produção de uma agenda de eventos de articulação e acompanhamento de programas e projetos. intergovernamentais. (UFMG, Macrozoneamento Metropolitano, 2014).

Um LUME pode ter diferentes dimensões: ser físico (bibliotecas, telecentros, etc.), virtual (portal web, sistemas de informações, mapeamentos colaborativos, etc.) e itinerante (criação de redes de trabalho, internato metropolitano, guia metropolitano, etc.), mas sempre concebidos como espaços articuladores entre diversos atores: agentes políticos, gestores públicos, sociedade civil, universidades, movimentos sociais, conselhos etc. Além da inclusão desses agentes, os LUMEs se propõem a desenvolver uma participação qualificada através da difusão do PDDI-RMBH e outras políticas e programas voltados à melhoria da qualidade de vida, democratização e acesso a oportunidades e serviços na RMBH (UFMG, Macrozoneamento Metropolitano, 2014).

Sabendo que não existe um modelo para os LUMEs e que cada um dos processos que emergem depende do contexto, das características da comunidade na qual se insere, pretende-se aborda-las como estudo de caso a partir de uma visão “de baixo para cima” (*bottom-up*) do planejamento, e como a concreção do discurso de aprendizado mútuo, ao ter a capacidade de incorporar o conhecimento local na construção de políticas metropolitanas.

Atividades relacionadas a eles vêm acontecendo desde o ano 2014, mas a falta de recursos e a não institucionalização do Macrozoneamento, não permitiram a implantação do programa de política urbana. Contudo, no último ano 2016, foi aplicado como disciplina curricular de graduação ofertada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) intitulada “Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano”

Até hoje, foram desenvolvidas, no âmbito da referida disciplina cinco experiências: Feira Saia da Linha e Cooperativa de catadores de Vespasiano – COOPERVESP – de Vespasiano, Espaço Cultural Casulo e Associação de artesãs do bairro Santa Martinha de Ribeirão das Neves e o Parque Municipal Barroão de Matozinhos.

Como experiências pilotos, foram muito válidas, tanto no nível de cidadania política, por exemplo, as propostas elaboradas pelos alunos da UFMG para o desenvolvimento do Parque Municipal Barracão de Matozinhos, tiveram um espaço na Câmara dos Vereadores de Matozinhos para serem apresentadas, sendo que eles convidaram a comunidade a participar no debate das ideias. No caso do Projeto Casulo o espaço físico é uma antiga caixa d'água da Copasa, que foi cedida pelo município para um grupo de agentes culturais de Ribeirão das Neves e está destinado a ser um espaço de uso comunitário onde os artistas possam desenvolver suas atividades, com o intuito de criar um espaço multifuncional de uso comunitário e gestão compartilhada para que possa ser utilizado pelos artistas e agentes culturais de Ribeirão das Neves e pela população em geral.

Como potencial, estes lugares podem ser o canal onde a participação seja efetiva, pois tal como Velloso e Wojciechowski (2015, p.408) expõem “o entendimento das demandas de atores sociais diversos sobre questões metropolitanas afetas às suas próprias experiências de uso, frequência e apropriação dos espaços em que vivem, além de como vivem”.

Pontualmente, sabe-se por meio do documento “Devolutivas”, disponibilizado pela ARMBH (2016), que na V Conferência Metropolitanas da RMBH, do ano 2016, foi demandado o fortalecimento dos LUMEs através da destinação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) para sua implementação e apoio logístico e operacional; sendo a resposta do mesmo organismo que “por ocasião do próximo edital de chamamento público, a proposta dos Lumes será levada à Assembleia Metropolitana e ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano que irão deliberar sobre os projetos a serem financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Metropolitano” (ARMBH, 2016).

CONCLUSÕES

É um desafio futuro a solução do dilema entre as escalas⁹. Dentre as opções, uma delas seria explorar uma “unidade local” não definida por limites jurídicos, mas por um conjunto de especificidades sociais ou culturais compartilhadas. Definindo uma região metropolitana como um “nós” e um território delimitado, estável e claramente diferenciado do mundo (BOURDIN, 2001) com condições de forte integração e com senso de pertencimento, unidade construída por meio da identidade.

Desse modo, os governos poderiam se unir de forma cooperativa, diferentemente do modelo compulsório que, como demonstrado, tem um alto custo transacional e um número restrito de atores diretamente beneficiados por políticas visivelmente metropolitanas (MACHADO, 2010).

Sobre o estudo de caso, ainda que o PDDI (2012) considere que o Lugar Metropolitano não corresponde a uma escala territorial, mas trata-se de uma articulação entre as múltiplas escalas da RMBH a partir do entendimento do lugar como síntese de relações socioespaciais variadas e interescares, dotado de múltiplas identidades e sem contorno geográfico rigorosamente delimitado, acredita-se que este “lugar” pode conceituar-se sim, como uma escala do planejamento no qual se exerce uma forma de poder especializada (SMITH, apud NOGUÉ, 2011,) e que proporciona o meio fundamental através do qual damos sentido ao mundo e nele atuamos. Depois de tudo, o lugar é o espaço da vida. Assim sendo, quando criamos lugares, quando os vivenciamos, criamos identidade. Falar de lugar é, portanto, falar de identidade (NOGUÉ, 2011,).

A importância de políticas como a dos LUMEs é a de permitir a participação na escala do “espaço vivido” e a aproximação do planejamento com os cidadãos, o que garante uma melhor participação cidadã e consequentemente uma melhor qualidade da democracia, sendo uma escala de disputa na qual o cidadão pode se envolver de forma ativa na tomada de decisões, incentivando o fortalecimento de uma democracia metropolitana, uma vez que “o modelo teórico da democracia no qual a população expressa suas vontades por meio da eleição de representantes e consequentemente retirada das deliberações, desmorona-se no operativo real de burocracias planificadoras” (FAINSTEIN, 2013, p.8, tradução nossa).

⁹ Escalas refere-se à hierarquia de níveis e âmbitos em cada um dos quais se observam fenômenos específicos e dinâmicas territoriais próprias, que interagem com as dadas em outros níveis, inferiores e superiores (NOGUÉ, 2001).

O Programa apenas está começando a ser implementado, mas tem potencial para se constituir como uma ferramenta política que acompanhe as concertações entre os distintos agentes estatais, econômicos e sociais, dando a possibilidade ao “cidadão comum” de se tornar um sujeito político na arena metropolitana. O seguinte passo desta pesquisa em andamento é compreender as dinâmicas dos “sujeitos metropolitanos”, como grupos sociais que têm diferentes interesses no espaço urbano, assim como diferentes afinidades que os tornam partícipes das ações que modificam o seu território.

Por fim, cabe dizer que, ao nos perguntarmos se há lugar para um território organizado sob a lógica da cidadania, se os Lumes podem se constituir em elemento chave no arranjo metropolitano e quais possíveis mudanças podem trazer este programa ao modelo de governança metropolitana, estamos tentando encontrar caminhos alternativos para governar eficientemente as metrópoles no Brasil e na América Latina. Para isso, se requer aprofundar o conhecimento e as práticas que legitimam o acionar político para chegar ao ideal “diálogo” entre as escalas, no qual as relações institucionais não sejam frágeis.

Como diz Secchi (1999), o futuro não é apenas algo que vem ao nosso encontro e que tratamos de prever. O futuro é também, ao menos em parte, uma construção própria, produto de nossas capacidades analíticas e projetivas, de nossas capacidades de construção e realização de programas coerentes e eficazes.

REFERÊNCIAS

- ARMBH. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Devolutivas. Disponível em <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Devolutivas-Editado.pdf>. Acessado em 13 de agosto. 2016.
- BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro: DP & A. 2001.
- CASTELLS, M. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade. Volume 2. São Paulo, Paz e Terra. 2000.
- CARLOS, A F A. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. Em: Um novo planejamento para um novo Brasil? Ester Limonad e Edna Castro (Org.) Rio de Janeiro, Letra Capital. 2014
- CICCOLELLA, P.; MIGNAQUI, I. Metrópolis latinoamericanas: fragilidad del Estado, proyecto hegemónico y demandas ciudadanas: Algunas reflexiones a partir del caso de Buenos Aires. CDC, Caracas, v. 25, n. 69, p. 47-68, dic. 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082008000300004&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 25 julho. 2016.
- COCCO, G. M. Do quebra-cabeça do desenvolvimento à constituição do comum. Em: Sarah Feldman, Ana Fernandez. (Org.). O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo. Salvador-São Paulo: Edufba - Editora Unesp - Anpur, 2007, p. 69-89. 2007
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Artigo apresentado e publicado nos Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos Brasília, DF. 2005.

- ESTEVA, G. Desarrollo. Em: W. SACHS (editor). Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder, PRATEC, Perú, 1996 (primera edición en inglés en 1992).
- FAINSTEIN, S. Planificación, Justicia y Ciudad. Urban NS06. 2013
- FRIEDMANN, J. Planificación en el Ámbito Público; del Conocimiento a la Acción. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública. 2001
- FRIEDMAN, J. La vocación de la Planificación. Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación, Volumen II, N° 7 y 8. 1970.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade. Niterói: Editoria da UFF. 1997.
- GARSON, S. Regiões Metropolitanas: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC. 2009.
- LEFÈVRE, C. Gobernabilidad democrática de las áreas metropolitanas. Experiencias y lecciones para las ciudades latinoamericanas. Em: Gobernar las metrópolis. Rojas, Cuadrado-Roura y Fernández-Güell (Eds.), BID. 2005.
- LIBANIO, C. Reversal of priorities and possible confrontations: the role of the planning and the public policies in reduction of inequalities, in the expansion of social justice and in the realization of the right to the city in the metropolis. IV World Planning Schools Congress. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.
- MACHADO, G. Transações federativas e governança metropolitana: escolhas institucionais e a trajetória de dependência na experiência brasileira. Em: Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. KLINK, J. (Org.) São Paulo: Annablume. 2010.
- MAGALHÃES, J. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. Em: Dinâmica dos municípios. XAVIER, A.; ALBUQUERQUE, C.; MOTA, J.; PIANCASTELLI, M. (Orgs.). Brasília: IPEA, 2007.
- MARICATO, E. Impasses da política urbana no Brasil. São Paulo: Vozes. 2011.
- MONTE MÓR, R. L. M. Urbanidade, o compromisso necessário para a produção de um espaço metropolitano sustentável. Em: PIRES, M.C.S e PEREIRA, J.A.B. (orgs) Caderno Metropolitano II: a (re) construção da RMB, o papel do empreendedor na produção do espaço metropolitano sustentável. Belo Horizonte: SEDRU: CREA-MG. 2010 (pp.11-18).
- MOURA, Rosa; HOSHINO Thiago de Azevedo Pinheiro. Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira? Informativo. Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, p. 1 -14, 2015.
- NOGUÉ, J. Y J. RUFÍ. Geopolítica, identidad y globalización. Barcelona, Ariel Geografía. 2001
- PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH. Apresentação na VI Conferência Municipal de Educação. 2012. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/pt-br>
- ORELLANA OSSANDON, A. La incidencia de la base social del territorio en los objetivos de la gestión local: su implicación en la gobernabilidad metropolitana. Tesis Doctoral dirigida por

el Dr. Joan-Eugeni Sánchez. Departamento de Geografía Humana, Universidad de Barcelona. 2005.

PLANO METROPOLITANO MACROZONEAMENTO RMBH. Entenda Melhor.
<http://www.rmbh.org.br/pt-br> . Acesso em: 28/07/2016

BRUNET, R. Prefácio. In: RAFFESTIN, C. Por una geografía del poder. Yanga Villa Gómez Velázquez (trad.). México: El Colegio de Michoacán. 2011.

ROCHA, Roberto. A Gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais. V.1, n.11, São Luís-MA. 2009.

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. 3º ed. São Paulo: Expressão popular. 2013.

SECCHI, B. Ciudad moderna, ciudad contemporánea y sus futuros. In: Ángel Martín Ramos Lo Urbano en 20 autores contemporáneos. Barcelona: Ediciones UPC. 1994.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". Cidades: Revista Científica, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n.11. 2010.

TONUCCI FILHO, J. Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. São Paulo. 2012.

TOMÁS, M. If urban regions are the answer, what is the question? Thoughts on the European experience. Em: International Journal of Urban and Regional Research. V. 39. Número 2. 2015

UFMG. Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MZ-RMBH. Belo Horizonte, 2014.

VELLOSO, R; WOJCIECHOWSKI, M. Processos participativos no planejamento da RMBH: perspectivas e desafios na elaboração do plano diretor de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). Em: Belo Horizonte [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana. Editores: TEIXEIRA, L; MENDONÇA, J; ALVES, A. – 1º ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas. 2015.